

## Um tributo a Paulo Freire, *patrono da educação brasileira*

*“Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”.*

Paulo Freire

**N**o contexto das celebrações dos 100 anos do nascimento de Paulo Freire, um dos educadores mais reconhecidos a nível mundial e, desde 2012, declarado Patrono da educação brasileira, a revista *Retratos da Escola* tem a honra de apresentar a seus leitores e leitoras, por meio do número 29 de sua edição 14, um tributo a este educador. Além do Dossiê *Paulo Freire: educação e emancipação*, nesta edição, as seções *Entrevista* e *Resenhas* apresentam-se em consonância com a temática.

Contamos com a preciosa colaboração da prof<sup>a</sup>. dr<sup>a</sup>. Andréia Nunes Militão na organização desta iniciativa, que emerge em período festivo, mas, também, em meio a um cenário político de acentuado conservadorismo, que elege, no plano das ideias, Paulo Freire como alvo preferencial de diversos ataques e busca promover a interdição de sua ação e pensamento. Indubitavelmente, numa conjuntura política na qual a ciência, a universidade e a educação são percebidas como inimigos, esta é uma ação que se constitui como resistência frente à onda ultraconservadora. Afinal, como educadores e educadoras, estas infelizes circunstâncias nos impõem cada vez mais a necessidade de salvaguardar o patrimônio intelectual de Paulo Freire bem como seus ideais revolucionários e seus sonhos emancipadores da forma mais enfática possível. Sendo assim, este Dossiê comporta duplo objetivo: primeiro, pretende divulgar a produção científica que assume Paulo Freire como autor de referência e base epistemológica; e, em segundo lugar, constitui-se como manifesto em defesa do pensamento freireano.

Diversos periódicos têm publicado dossiês sobre o pensamento freireano, no contexto nacional ou internacional. Nossa temática – *Paulo Freire: educação e emancipação* – pressupõe que a emancipação humana é um dos conceitos centrais do pensamento freireano e de que, a ideia de uma educação emancipadora implica em constituir, primeiramente,

um processo de emancipação humana. Contudo, conceituar a constituição desse processo não é uma das tarefas mais fáceis.

Em um exercício de resgate histórico, é possível perceber que, a defesa de uma sociedade livre, esclarecida, não ignorante pode ser localizada no seio do pensamento iluminista, desenvolvido ao longo do século XVIII. Baseado na ideia de autonomia dos sujeitos, esse pensamento radical – e aqui o termo é usado como originário, essencial – fundamentou a construção da modernidade, bem como à elaboração dos direitos civis e da igualdade formal.

A partir do século XIX, o que se percebe é a insuficiência da perspectiva emancipadora, na medida em que as condições sociais e econômicas impediram sua efetivação. Desenvolvem-se proposições de rompimento com o capitalismo, destacando-se as formulações de Karl Marx, com nova perspectiva sobre a emancipação humana. As abordagens que se desenvolvem naquele momento, transitam de uma visão mais individualista para uma perspectiva coletiva de construção da emancipação humana a partir de um novo projeto societário. Foi somente a partir do século XX que se passa a ter autores que definem especificamente a importância do projeto educacional para a efetivação desse projeto de emancipação humana. Neste contexto, se destacam, em especial, as formulações de Paulo Freire na América Latina, defendendo a luta contra a opressão como caminho para a constituição do ser humano e de sua emancipação. Em alguma medida, Freire compreende a emancipação como processo de constituição do humano na luta contra a opressão e contra a dominação. Uma luta social, mais que manifestação individual, a opressão se constituiria como base das estruturas das instituições e da sociedade de classes. Em que pese a importância dessas formulações, Freire se notabiliza pela contribuição na defesa da modificação profunda dos processos de escolarização, de construção do conhecimento e do ensino e aprendizagem.

Nos dias atuais e, especialmente no contexto brasileiro, a abordagem freireana se faz ainda tão necessária porque suas propostas de emancipação humana foram apenas parcialmente alcançadas em nossa sociedade. A ideia de um sujeito autônomo e independente se mostra ainda uma tarefa longe de ser realizada em sua completude. Quando muito, seria correto afirmar que, até hoje, atingiu-se parcialmente o estágio de emancipação política, em que o direito de votar e ser votado foi alargado, de modo a atingir todos os seguimentos da sociedade. Contudo, é importante considerar que mesmo essa emancipação política parcial e incompleta constituiu-se como processo de longa duração, se considerarmos como sua conclusão o direito de voto dos pobres, analfabetos e das mulheres.

Indubitavelmente, para Paulo Freire, emancipação é o elemento fulcral da constituição do ser humano na perspectiva de desenvolvimento de todas as potencialidades. Para ele, essa formulação amparava-se em dois conceitos basilares: a consciência do inacabamento e a capacidade intrínseca do “ser mais”. Sendo ambas imanentes em todas as pessoas, caberia à educação emancipadora propiciar condições necessárias ao seu

desenvolvimento, superando os processos de opressão, as determinações culturais, sociais e econômicas e desenvolvendo todas as potencialidades de cada indivíduo. Na concepção de Freire, emancipação possuía sinonímia com humanização, o que levaria, portanto, à superação dos condicionamentos históricos. Para além da elaboração teórica, a emancipação se configuraria como *práxis* educativa.

Desenvolvendo reflexões sobre tema correlato à produção freireana, integram o presente Dossiê dez textos oriundos das cinco regiões brasileiras, denotando que Freire permanece sendo lido, estudado e referenciado na pesquisa nacional. É evidente o fato de que ainda hoje a academia brasileira busca na obra de Paulo Freire formas de garantir melhorias à educação pública ofertada no País, valendo-se sempre de suas inestimáveis contribuições ao desenvolvimento de práticas educacionais voltadas a uma sociedade mais justa e igualitária.

O texto *Paulo Freire: o educador proibido de educar*, de autoria de Andréia Nunes Militão e Cristiano Di Giorgi, abre o dossiê. Por meio dele, problematizam as razões que levaram setores ultraliberais a eleger Paulo Freire como alvo preferencial de ataques em dois contextos históricos, abrangendo, portanto, o período de formulação do pensamento freireano quando o autor estava vivo e, mais recentemente, o período de consolidação desse pensamento, após o falecimento do autor. Para os autores, os ataques a Paulo Freire traduzem uma ofensiva contra a democracia tanto no passado ditatorial quanto no tempo presente.

Em *Paulo Freire, Myles Horton e Nicolaj F. S. Grundtvig: educadores dos oprimidos*, Sérgio Haddad recupera a trajetória de três educadores populares que tiveram como premissa de atuação intelectual e política a elaboração de um pensamento pedagógico comprometido com a emancipação de classes populares em tempos e espaços distintos. A tentativa de interdição da ação educativa e da própria formulação de uma proposta pedagógica emancipatória configura outro aspecto de aproximação entre Freire, Horton e Grundtvig. Embora tenham sido alvos de perseguições, ressalta-se a permanência de suas ideias no tempo presente.

Na sequência, o artigo *Paulo Freire e sua influência na pedagogia crítica nos Estados Unidos*, de Ivanilde Apoluceno de Oliveira, Maria Inês Marcondes e Tania Regina Lobato dos Santos, problematiza o alcance nos Estados Unidos da pedagogia crítica formulada por Freire. Entre outros aspectos, as autoras caracterizam a configuração da proposta freireana, suas influências e categorias centrais, tais como criticidade, conscientização, libertação, problematização, o perguntar e a esperança. As autoras situam ainda a obra *Pedagogia do Oprimido* como base para elaboração da perspectiva educacional crítica, transformadora e emancipadora.

Em *É preciso diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz: Paulo Freire e a Pedagogia da Esperança*, por sua vez, Marineide de Oliveira Gomes problematiza a conjuntura política, econômica, social e seus rebatimentos para o campo educacional, notadamente, a partir da ascensão de Jair Bolsonaro ao Poder Executivo em 2018. A autora considera que,

neste período, marcado por fortes “ataques à educação e à cultura, com a desqualificação da vida e da obra de Paulo Freire, no quadro de desmonte dos direitos sociais, torna-se imprescindível atualizar o legado freiriano”.

Já em *A práxis freiriana e os princípios educacionais do MST*, Júlio Emílio Diniz-Pereira indica a coerência da ação política e pedagógica do Movimento Sem Terra que ao apoiar-se nas formulações freirianas procura reinventá-las e não meramente aplicá-las. Diniz-Pereira assinala a forma pela qual “esse movimento social se constituiu como sujeito pedagógico”, o que teria permitido ao MST realizar um processo de releitura dos conceitos-chave de Paulo Freire, tais como humanização, práxis, diálogo, conscientização e libertação.

Dando prosseguimento a composição do dossiê, apresentam-se dois textos que conferem foco à elaboração freireana no que concerne à *formação permanente*. De autoria de Demétrio Delizoicov, Nadir Castilho Delizoicov e Antonio Fernando Gouvêa da Silva, o texto *Paulo Freire e o ser humano em processo de formação permanente* busca, com perspicaz densidade analítica, localizar os elementos ontológicos e gnosiológicos da acepção freireana. Por meio de mapeamento da produção, os autores localizaram diversas experiências formativas inspiradas na ação política de Paulo Freire quando exerceu o cargo de secretário municipal de educação na cidade de São Paulo, no período de 1989 a 1992. A partir dessa experiência, diversos governos progressistas implementaram as formulações freireanas em redes públicas de educação básica para a construção de currículos escolares, ação que ficou conhecida como Movimento de Reorientação Curricular e que, já com cerca de três décadas de existência, alcança todas as regiões brasileiras, mantendo-se como proposta educacional válida e atual. Da mesma forma, em *A perspectiva freireana na formação permanente de educadores/as*, artigo de Valter Martins Giovedi e Elson Augusto do Nascimento, o tema central de análise é o conceito de formação permanente. Ao longo de sua análise, os autores indicam que “o paradigma da formação permanente é [...] uma ação que se dá junto com o exercício da profissão”.

Outros dois textos se debruçam sobre o manuscrito da *Pedagogia do Oprimido*. De autoria de Jason Ferreira Mafra, o artigo *O manuscrito da Pedagogia do Oprimido e a criação transcultural em Paulo Freire* recorre ao estruturalismo genético para “ler” as rasuras contidas na obra freireana mais difundida no mundo. O autor detém-se particularmente na explicitação do processo de concepção e elaboração da obra. Para Mafra, o manuscrito “precisa ser cuidadosamente examinado não apenas pelos trechos inéditos não publicados até então, mas porque esse documento poderá revelar muito mais sobre a atualidade da *Pedagogia do Oprimido*, uma das teorias mais fecundas criadas no século XX”. Em interface, o artigo *Os originais da Pedagogia do Oprimido: rasuras e crítica genética*, de Nádia Conceição Lauriti, explora as rasuras no manuscrito da *Pedagogia do Oprimido* publicado no Brasil em 2013. Ao longo da análise, a autora aporta-se metodologicamente na crítica genética que, segundo ela, permite “ouvir as vozes que surgem das rasuras”, mas, também, “observar

o cruzamento de dois mundos discursivos: o político e o educativo, revelando um duplo *ethos* – o educador dialógico, que assume o compromisso com o que diz, e o militante engajado com a causa do oprimido, que luta por aquilo que professa”.

Fechando o dossiê, temos a contribuição de Timothy Denis Ireland, denominada *Mesmo em tempos de COVID-19, não dá para lavar as mãos de Paulo Freire*. Nela, o autor indica a validade do referencial teórico freireano para a compreensão do novo cenário, marcado pela atual pandemia e pela crise ecológica. Dentre os problemas a serem enfrentados coletivamente, destaca: saúde coletiva, crise climática e a validade dos fundamentos democráticos nas sociedades contemporâneas. Assevera ainda que “não há como superar esses desafios sem uma mudança no paradigma de desenvolvimento”.

Nesta edição trazemos à tona a entrevista *Discípulos de Paulo Freire e o compromisso com a educação emancipadora*, que contou com os depoimentos de Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi, Dagmar Maria Leopoldi Zibas e Rudá Guedes Moises Salerno Ricci, três ex-alunos/as de Paulo Freire, do período em que o educador ministrou aulas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no início da década de 1980. Organizada por Andréia Nunes Militão, a entrevista buscou estimular os/a convidados/a a refletirem acerca das seguintes questões: Por que Paulo Freire ainda incomoda a muitos/as? O que revelam os discursos, pretéritos e atuais, contra este pensador? Qual é a importância de Paulo Freire para a educação e para a mudança civilizacional que se faz necessária em decorrência do acúmulo de crises que vivemos atualmente?

Ainda na esteira da obra freireana e de sua influência, a seção *Resenha* apresenta três resenhas. De autoria de Luciene Gomes Freitas Marins e Carla Regina de Souza Figueiredo, *A pessoa e o ofício de Paulo Freire* resenha o livro de Sergio Haddad, *O educador: um perfil de Paulo Freire*, publicado pela Editora Todavia em 2019. Na acepção das autoras, a obra constitui-se em “fonte inesgotável de pesquisa” e apresenta os “múltiplos perfis” de Paulo Freire trazendo “descrições minuciosas da trajetória pessoal e profissional desse educador”.

Elaborada por Fabio Perboni, a resenha *Escritos de e sobre Paulo Freire: leituras imprescindíveis* apresenta ao público a obra produzida por Walter Kohan, intitulada *Paulo Freire más que nunca: uma biografia filosófica*, publicada em 2020 pela Clacso. Perboni destaca que a obra configura tanto um texto de natureza biográfica como de viés filosófico.

Já em *Formação docente na educação do Campo: o ensino de Ciências Naturais para uma educação libertadora*, elaborada por Rogério Ferreira, o autor instiga à leitura da coletânea *Licenciaturas em Educação do Campo e o ensino de Ciências Naturais: desafios à promoção do trabalho docente interdisciplinar*, organizada por Mônica Castagna Molina, publicada pela Editora da Universidade de Brasília em 2017.

Esta edição da *Retratos da Escola* conta ainda com as usuais seções *Espaço Aberto* e *Relato de Experiência*, compostas por textos que chegaram até nós por meio das submissões em fluxo contínuo.

No *Espaço Aberto*, apresentamos quatro artigos. O primeiro deles, *Política de avaliação da Educação Básica: estudos sobre os indicadores da região Nordeste*, de autoria de Maria Helena Augusto e Tiago Antônio da Silva Jorge, uma análise acerca das políticas educacionais na região Nordeste associada às avaliações em larga escala.

Em *A Escola sem Partido no Amazonas: diferentes concepções educacionais*, Reinaldo Menezes, Marcineuza de Jesus, Fabiane Garcia, Hellen Simas e Márcia de Oliveira têm como objeto a discussão em torno da tentativa de implementação do Programa Escola sem Partido na rede estadual de educação do Amazonas, que ocorreu a partir do Projeto de Lei Ordinária 102, proposto em 2016 à Câmara Legislativa daquele estado. Os/as autores/as buscaram explicitar como tal proposta é, na verdade, a materialização da própria contradição, uma vez que defende uma neutralidade no processo de ensino aprendizagem que ela mesmo se mostra incapaz de expressar.

Em *O conceito de áreas de conhecimento no Novo Ensino Médio*, de autoria de Sandra Regina Mendes, a discussão gira em torno de buscar compreender o que de fato haveria de inovador na proposta de organização por áreas de conhecimento do projeto do Novo Ensino Médio. Ao analisar conceitualmente essa questão por meio dos documentos oficiais que consubstanciam a reforma, a autora constatou que a legislação ainda não oferece bases conceituais adequadas à mudança, o que deixa margem a desdobramentos equivocados na implementação do currículo.

Finalizando a seção, o artigo *Gestão escolar democrática no MST: a Escola Eduardo Galeano*, de Thales Moura Brasil Alegro e Everton Rodrigues da Silva. Nele, os autores se propuseram a compreender as singularidades da gestão democrática escolar praticada pelo MST em contraposição ao modelo de gestão educacional adotado por escolas vinculadas ao sistema educacional urbano. Para isso, elencaram como objeto de análise a Escola Eduardo Galeano, instituição localizada em um acampamento na zona rural da cidade de Campo do Meio, Sul de Minas Gerais, e que entrou em funcionamento a partir de meados de 2016.

O primeiro *Relato de Experiência* desta edição nos é oferecido por Matheus Costa, Phâmella Lima, Liandra Barreto e Simone Guimarães. No artigo *Contribuições Freirianas na formação de professores/as*, o autor e as autoras buscaram problematizar sua experiência docente, vivenciada durante o estágio curricular supervisionado em uma escola de Goiânia, ocasião em que, pautados no conceito de diálogo freiriano, desenvolveram com alunos e alunas do ensino médio uma intervenção pedagógica sobre diversidade.

O segundo relato, *Experiência docente com bebês: um olhar a partir da educação física*, também advindo de um contexto de experiência docente ao longo do estágio curricular obrigatório, é de autoria de Daniel Vilarino, Anderson Frutuoso, Juliana Figueiredo e Viviane Duek. Nele, seus autores e autoras buscaram perceber qual a importância da educação física escolar na organização do espaço para a promoção da autonomia e segurança dos bebês, bem como do emprego de diferentes linguagens, valorizando as relações das crianças com o meio, com os objetos e com seus pares.

Destacamos ainda que nesta edição a *Retratos da Escola*, em uma iniciativa inédita, inaugura sua seção *In Memoriam*, frente a incontornável necessidade de registrar a perda de dois importantes e queridos colegas de luta, sempre próximos à CNTE: a professora Rosaura de Magalhães Pereira (MG), e o professor João Antônio Felício (SP), ambos falecidos este ano. Além de expressar nossa tristeza com a perda destes colegas, com a ajuda da Diretoria da CNTE, trazemos um pouco de sua vida e obra em homenagem aos dois educadores/sindicalistas que tiveram suas vidas marcadas pela intensa atuação nas lutas em prol de uma educação de qualidade. Em ambos os casos, além da homenagem póstuma, publicamos um texto escrito por eles. Como você, leitor ou leitora, poderá perceber pelas fotografias que antecedem cada homenagem, é bastante fortuito que em um número que se propõe homenagear o centenário de Paulo Freire se celebre igualmente a memória dos dois companheiros.

É igualmente inevitável a lembrança de que vivemos também um tempo de luto pelas inúmeras perdas devido à pandemia do Covid-19, em boa parte, por opções equivocadas da atual administração de não priorizar a vida dos seus cidadãos e cidadãs. Da mesma forma, se torna cada vez mais explícita a necessidade de denunciar a total incapacidade da gestão federal de ofertar ao setor educacional um plano de ação capaz de organizar de forma adequada e responsável o retorno das atividades escolares. Na contramão, o que se vê é o desinteresse generalizado e o compromisso de continuidade apenas com as iniciativas que visam desestabilizar o funcionamento das instituições de ensino, tais como a ameaça do corte de quase dois bilhões do orçamento das chamadas despesas discricionárias para a educação, as quais envolvem, sobretudo, o custeio e os investimentos do setor.

Para além disso, as duas grandes agências de fomento da pesquisa no Brasil, CNPq e Capes, estão com orçamentos dependentes de créditos suplementares, o que comprometerá o pagamento de bolsas de pesquisa em 2021. A queda vertiginosa de recursos compromete o desenvolvimento da pesquisa em ciência e tecnologia, que depende de um comprometimento estatal. Para o pós-pandemia, não é possível abrir mão de recursos que servirão à reconstrução do País e à atenção das demandas estudantis, já prejudicadas pelo atípico ano letivo de 2020.

A recente aprovação do Novo Fundeb no Congresso Nacional nos exige agora acompanhar de forma persistente a regulamentação deste Fundo, que responde por mais de 60% do financiamento de todo o ensino básico, que vai da educação infantil ao ensino médio, atendendo hoje cerca de 40 milhões de estudantes da rede pública. Tal aprovação, sabemos, foi fruto da persistente luta das entidades educacionais e dos parlamentares progressistas. Destacamos, além da coordenação exercida pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, também a efetiva participação da CNTE, por meio da sua diretoria e colaboradores, na concretização de inúmeras ações para essa aprovação, que se consubstancia numa emenda à Constituição (EC n. 108/2020) tornando o Fundeb permanente, elevando inclusive o percentual pago pela União, dos atuais 10%, para 23%, a

ser alcançado até 2026. Resta, no entanto, nossa atenção para que os ventos privatistas do atual governo não revertam o sucesso desta aprovação nas próximas regulamentações.

Além da luta por um orçamento justo para a pasta da educação, precisamos denunciar os ataques à autonomia universitária e aos institutos federais de educação, defendendo a nomeação dos reitores eleitos em processo democrático. O fomento à pesquisa e ao ensino universal, à ciência e tecnologia e à valorização dos profissionais de educação é um investimento no futuro do País e encontra-se em sério risco. É necessário investir na educação brasileira e garantir a valorização das universidades e institutos federais, de professores e técnicos e dos programas de permanência e assistência estudantil. Ampliar os investimentos para garantir conhecimento, ensino e desenvolvimento em favor da vida dos brasileiros e das brasileiras.

Chegado ao fim desta apresentação, gostaríamos de desejar a todos e a todas uma excelente leitura. Agradecemos a todos/as colegas que nos honraram com a possibilidade de publicar seus trabalhos neste Dossiê, que busca especialmente contribuir com a propagação do pensamento freireano e nos ajuda a compreender o futuro como possibilidade, uma vez que ele depende fortemente de nossas ações no presente.

Paulo Freire vive!

*Comitê Editorial*